

Governo esclarece contas de descongelamento e recomposição da carreira aos sindicatos de professores

O Governo reuniu-se hoje com representantes dos sindicatos dos professores, num encontro de cariz técnico que permitiu esclarecer o impacto financeiro do descongelamento e da recomposição da carreira docente.

Foram analisados os números que decorrem do disposto na Lei do Orçamento do Estado para 2018 e também da proposta negocial apresentada pelos sindicatos de recuperação de um período de 9 anos, 4 meses e 2 dias faseado entre 2019 e 2023. Assim os custos associados ao descongelamento e à recuperação do tempo são os seguintes:

- 1) Descongelamento (LOE 2018) ➡ Aumento da massa salarial de 519 milhões de euros em 2023 face a 2017, representando um acréscimo de 14%
- 2) Recuperação do tempo de serviço (9A4M2D) ➡ Aumento adicional da massa salarial de 635 milhões de euros por ano, quando comparado 2023 face a 2017.

Ou seja, o aumento conjunto de 1.154 milhões de euros face a 2017, resultante da soma do descongelamento com a recuperação do tempo de serviço, corresponderia a uma variação de 31% da massa salarial entre 2017 e 2023.

A reunião permitiu concluir que não existem divergências significativas quanto aos pressupostos que sustentam a contabilização dos impactos financeiros associados ao descongelamento e à recuperação do tempo de serviço.

As partes acordaram em manter a troca de informações, num quadro de diálogo e de boa-fé negocial, aceitando que o esclarecimento destes valores é um passo fundamental para que todas as partes possam partir da mesma base para as negociações que estão previstas para setembro.

O Governo reafirma o cumprimento tanto da Declaração de Compromisso assinada a 18 de novembro de 2017 como da Lei do Orçamento do Estado para 2018. Para isso, propõe-se negociar com as estruturas sindicais a mitigação dos efeitos do congelamento, garantindo a sustentabilidade financeira da solução que vier a ser encontrada.

Lisboa, 25 de julho de 2018

Mónica Paredes

Miguel Pinto

Assessoria de Imprensa

Gabinete do Ministro das Finanças

Av. Infante D. Henrique, 1

1149-009 Lisboa, PORTUGAL

TEL + 351 21 881 68 61 / + 351 21 881 69 37

FAX + 351 21 881 68 19

www.portugal.gov.pt

ANEXO: Impacto financeiro do descongelamento nos termos do OE2018

Este ponto corresponde ao impacto financeiro do descongelamento nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado 2018, aprovado no final de 2017 na Assembleia da República. Além das progressões em 2018, que beneficiam já mais de 45.000 professores, são apresentadas estimativas para os anos seguintes.

A tabela apresenta o impacto orçamental efetivo nas contas públicas do descongelamento das progressões na carreira docente para o período 2018-2023.

Tabela: Impacto orçamental efetivo das progressões nos termos do OE2018 (inc. TSU)

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Acréscimo face ao ano anterior	37M€	107M€	96M€	72M€	120M€	86M€
Acréscimo anual face ao ano 2017	37M€	145M€	241M€	313M€	433M€	519M€

Estes valores integram o impacto do faseamento dos acréscimos remuneratórios previsto no Orçamento do Estado, que é transversal a todas as carreiras da Administração Pública, e a TSU. Naturalmente, em 2020 o montante afeto às progressões com e sem faseamento é exatamente o mesmo. O faseamento apenas redistribuiu os impactos entre 2018 e 2019 e explica o aumento substancial do custo com as progressões dos docentes em 2019.

Acresce a esta tabela o valor associado ao reposicionamento dos docentes contratados nos últimos 7 anos, que tem um custo anual adicional de 20M€, mais os valores das progressões a que entretanto terão direito.